

AVALIAÇÃO ESCOLAR: UMA CONCEPÇÃO DIALÉTICA LIBERTADORA

Eliane Campus Ruiz Leite (Escola Estadual Senador Souza Naves)
Maria Terezinha Marques Siqueira (UNIPAR)
Terezinha de Fátima Aguiar de Lima (UNIPAR)

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar reflexões sobre alguns critérios necessários ao processo de avaliação escolar. A pesquisa é basicamente bibliográfica visando focar a questão da avaliação escolar numa perspectiva Dialética Libertadora. Conclui-se que os educadores sejam ousados no desenvolvimento de novos projetos da avaliação e que estejam embasados em critérios previamente elaborados e definidos no sentido de beneficiar o seu trabalho e a socialização do saber dos alunos.

PALAVRA CHAVE: Avaliação, Escolar, Aprendizagem, Transformação.

ABSTRACT: The present article has as objective presents reflections on some necessary criteria to the process of school evaluation. The research is basically bibliographical seeking to focus the subject of the school evaluation in a perspective Liberator Dialectec. It concludes the educators are daring in the development of new projects of the evaluation and they are based in criteria previously elaborated and defined in the sense of benefitting your work and the socialization of the students' knowledge.

KEY WORDS: Evaluation, School, Learning, Transformation.

INTRODUÇÃO

A desmitificação da avaliação no contexto da educação escolar, a partir da prática social envolve vários fatores predominantes que vão desde a socialização do saber sistematizado, valorizando-se cada vez mais a qualidade do ensino, a uma retomada de conceitos básicos dentro do contexto da avaliação propriamente dita. A tarefa específica da escola é a socialização do saber sistematizado (Loch, 1995).

A assimilação deste conhecimento é condição para a compreensão da realidade. O que possibilita a aquisição crítica é o método traduzido em estratégias de ensino. Entre outras estratégias importantes destaca-se a avaliação. Sua função é permitir ao professor perceber o grau de apreensão destes "saberes" pelo aluno, de um lado, e permitir visualizar a necessidade de "retomada" do ensino, de outro (Vasconcellos 1992).

A avaliação é uma necessidade. Muitas vezes pode tornar-se dramática, sobretudo quando há cobranças, ameaças, notas para aquilo que se faz. A escola encontra-se ainda diante da "avaliação com um mito". Entretanto, faz-se necessário torná-la parte de um processo prazeroso, pois ela é elemento que permite aprimorar tanto o nível de conhecimento do aluno que aprende, quanto a capacidade do professor que ensina. Desmitificar a avaliação é um imperativo da escola atual.

O processo de conhecimento tem como ponto de partida a "prática social". Sendo assim, as formas avaliativas encontram-se subordinadas aos conteúdos de ensino, devendo garantir sua incorporação pelo educando.

A eficiência do ensino se traduz no progresso dos alunos. E, tanto isso é verdade, que os professores em todas as épocas, têm-se preocupado com a avaliação escolar. Saber o nível de conhecimento das crianças no momento em que lhes são entregues, para determinar o quanto progrediram, e depois de um certo tempo; verificar a quantidade de aprendizagem e o modo como ela se realiza, para dosar e distribuir os trabalhos de aula; conhecer os pontos fortes e fracos dos alunos, para dar a cada um o auxílio de que individualmente necessita - são

algumas das muitas razões por que a avaliação se tem constituído um guia indispensável ao professor. Segundo Luckesi (1995, p.43), "a avaliação precisa ser o instrumento do reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem perseguidos".

Todo professor tem a responsabilidade de avaliar os seus alunos e, em geral, o faz através das notas atribuídas aos trabalhos e dos resultados de testes, e isso ocorre em todos os níveis de ensino. Não pretendemos que não se possa avaliar através de testes e provas, mas sim, que os testes e provas são meios e não fins em si mesmos. Por isso, o aluno deve ser conscientizado de que a prova não tem conotação só em função da nota, mas, de um "conhecer-se melhor", de ver o que ele sabe ou não sabe.

Parece que a escola criou um hábito antipedagógico de aplicar provas por aplicá-las. É um costume artificial, para não dizer ameaçador dos educadores. Assim, usa-se a prova como castigo artificial psicológico, que amedronta o aluno, capaz de levá-lo as mais diversas reações. Como meio de ameaça, ela provoca medo, angústia insegurança, enfim, reações físicas e psíquicas.

Não se pode esquecer que a avaliação não se faz somente, através de provas, testes, há várias maneiras de se avaliar, basta usar a criatividade e não cair no comodismo de pessoas conservadoras. É preciso enfrentar este desafio, levar os alunos a estudar para aprender e não para tirar nota, com coerência e muito trabalho.

Os pais acostumados com todo um sistema que cobra a "nota", passam a viver a "mercê do boletim", no final de cada bimestre questionam a escola sobre datas das provas e cobram (alguns), exageradamente que o filho lhe traga melhores notas possíveis.

Percebe-se que a avaliação vista pelo prisma acima exposto atribui apenas um valor à aprendizagem, sendo esta maior do que pode ser a própria avaliação. No decorrer do tempo, entretanto, a avaliação adquiriu um valor tão objetivado que tomou o lugar da própria aprendizagem, de tal forma que em muitas oportunidades os professores

“ensinam” somente aquilo que vai ser avaliado; os alunos “estudam” somente aquilo que vai ser cobrado; e os pais, só se preocupam com a aprendizagem do filho no final de cada bimestre. Luckesi (1995, p.23) ressalta o seguinte:

[...] também, ao longo da história e de nossa prática educativa, a avaliação da aprendizagem escolar, por meio de exames e provas foi se tornando um fetiche. Por fetiche entendemos uma entidade criada pelo ser humano para atender a uma necessidade, mas que se torna independente dele e o domina, universalizando-se. A avaliação da aprendizagem escolar, além de praticada com uma tal independência do processo ensino-aprendizagem, vem ganhando foros de independência da relação professor-aluno. As provas e exames são realizadas conforme o interesse do professor do sistema do ensino. Nem sempre se leva em consideração o que foi ensinado.

Neste ponto, é preciso distinguir entre avaliação como julgamento da qualidade do processo da aprendizagem e, portanto, do ensino, e a avaliação como síntese de resultados formalmente apresentadas como registro de avaliação (Luckesi, 1995).

O impasse na avaliação da aprendizagem escolar está exatamente em esclarecer quais são os critérios necessários e relevantes, com a finalidade de minimizar a arbitrariedade dos julgamentos de valor, componentes necessários ao processo de avaliação. Portanto, desenvolver estudos, inseridos numa concepção Dialética Libertadora do processo de avaliação escolar foi o objetivo deste artigo.

Logo, trataremos de percorrer sobre a avaliação e medida, suas diferenças e relações.

Avaliação e Medida

Embora intimamente relacionados e muitas vezes, usadas como sinônimo, os termos testar, medir e avaliar não devem ser confundidos, justificando-se assim sua distinção.

Em primeiro lugar, nota-se que tanto os testes como as noções de medida e de avaliação referem-se à verificação do trabalho escolar, porém, com uma amplitude de significado diferente. Sendo assim, identificar conceitos para melhor diferenciação entre avaliar, medir e testar se faz necessário, no sentido de obter esclarecimentos básicos para aprimorar o estudo em questão. Há diferenças visíveis e fundamentais entre os três termos. Testar não é o mesmo que medir e avaliar.

O Que é Testar?

Testar significa submeter a um teste ou experiência, isto é, consiste em verificar o desempenho de alguém ou alguma coisa (um material, uma máquina, etc.), através de situações previamente organizadas, chamadas testes. O teste é um meio, ou conjunto de meios que serve para determinar as qualidades e traços específicos do fenômeno que está sendo objeto de observação. Através dos testes, é possível medir o rendimento de uma capacidade, mas não a capacidade em si. De acordo com Villas Boas (2000, p.141), “[...] sua função mais freqüente é a de classificar e não de diagnosticar”.

Os testes são, pois, instrumentos de medida; não tem um fim em si mesmos, mas servem para medir ou investigar aspectos das coisas existentes. Além disso, constituem uma das formas de medida com que investigamos as situações e fenômenos, todavia, não é a única.

Atualmente, os testes são empregados em larga escala na educação. Mas os educadores devem ter em mente os limites de sua utilização, pois nem todos os resultados do ensino podem ser medidos ou averiguados através de testes. Há várias espécies de comportamentos desejados que representam objetivos educacionais e que não são facilmente avaliados mediante testes com lápis e papel. Por exemplo, um objetivo como o ajustamento pessoal-social é avaliado com mais facilidade e de maneira mais válida, pela observação de crianças em situações que envolvam relações sociais.

O Que é Medir

A medida tem um conceito mais amplo, portanto, incluindo outros instrumentos além dos testes (Luckesi, 1995).

Medir, a rigor, quer dizer determinar a extensão, as dimensões, a quantidade, o grau ou capacidade de uma coisa ou objeto. É uma atribuição de valores segundo determinadas regra anteriormente estabelecida.

Em qualquer caso, o resultado de uma medida é expresso sempre em números e não por descrição, havendo para isso um sistema de unidades convencionais de uso mais ou menos universal que facilita a interpretação dos resultados (Luckesi, 1995).

Por outro lado, e não só na nossa vida particular, o progresso científico dos últimos anos, e que caracteriza o nosso século, notadamente nas ciências físicas, fez-se graças ao aperfeiçoamento dos instrumentos de medida que possibilitaram melhor controle dos fenômenos e a realização de proveitosas experiências. Pode-se dizer que a proporção que os processos de medir se aperfeiçoaram nas ciências em geral, tal progresso afetou, necessariamente, a utilização da medida no campo educacional. Os professores sempre tiveram a responsabilidade de julgar os alunos e avaliar os resultados do ensino. Sempre reconheceram diferenças na capacidade de aprender dos mesmos, havendo alguns que aprendem mais rapidamente, e outros que retêm e aproveitam melhor o que lhes é ensinado.

Entretanto, a tarefa dos profissionais não tem sido apenas a de perceber as diferenças entre os alunos, mas também a de registrar e fazer uso de informações na avaliação individual dos mesmos. E é neste sentido que a introdução de novos processos de medida afetou grandemente o ensino, possibilitando não só ao aluno uma aprendizagem mais eficiente, como também favorecendo o rendimento do trabalho do professor, por assim dizer, uma revolução educacional.

Reconheceu-se, inicialmente, que os testes constituíam instrumentos preciosos nas escolas; depois verificou-se a necessidade de utilizar medidas além dos testes, quais sejam: registro de observação sistemática, boletins, fichas individuais, escalas de classificação, etc. Mas tal como os testes esses instrumentos foram considerados insuficientes, e as medidas de um modo geral, passaram a não satisfazer o

processo de verificação da aprendizagem, por uma razão muito simples: nem todas as consequências educacionais são quantitativamente mensuráveis.

O Que é Avaliar?

Avaliar é julgar ou fazer a apreciação de alguém ou alguma coisa, tendo como base uma escala de valores. O conceito de avaliar é mais amplo que o de testes e medidas, para aferir o rendimento educacional da criança, que é o que entendemos pelo termo avaliação. Assim sendo, avaliação consiste na coleta de dados quantitativos e qualitativos e na interpretação desses resultados com base em critérios previamente definidos (Luckesi, 1995).

Os testes e medidas em geral são meios, são fins em si mesmo, já que a interpretação dos resultados de ambos conduz à avaliação. Essa por sua vez, depende da utilização daqueles instrumentos pois a medida é que dá o caráter de objetividade à avaliação (Loch, 1995).

Não basta testar e medir; os resultados assim obtidos devem ser interpretados em termos de avaliação. A escolha de um ou dois instrumentos deve ser feita tendo-se em vista os objetivos de cada caso, sejam eles simplesmente medir ou avaliar. Por isso, não é importante saber se devemos testar, medir ou avaliar as condições de um aluno, contanto determinemos seu progresso ou diagnosticuemos seu problema. Para Loch (1995), um processo de avaliação, tal como um teste ou outra medida, só terá valor na proporção em que oferecer dados de confiança.

A mensuração é, basicamente, um processo descritivo, pois consiste em descrever quantitativamente um fenômeno. Todavia, a avaliação é um processo interpretativo, pois consiste num julgamento tendo como base padrões ou critérios. Do ponto de vista educacional, quando se fala apenas testar ou medir, a ênfase recai na aquisição de conhecimentos ou em aptidões específicas. Quando usamos o termo avaliar, porém, estamos nos referindo não apenas aos aspectos quantitativos da aprendizagem, mas também aos qualitativos, abrangendo também aquisição de conhecimentos e informações decorrentes dos conteúdos curriculares quanto as habilidades, interesses, hábitos de estudo e ajustamento pessoal e social. Portanto, avaliar consiste em fazer um julgamento sobre resultados, comparando o que foi obtido com o que se pretendia alcançar. Dessa forma, a avaliação pode ser útil para orientar tanto o aluno como o professor; fornecer informações ao aluno para melhorar sua atuação e dar elementos ao professor para aperfeiçoar seus procedimentos didáticos. Afirma a este respeito, Hoffmann argumenta que:

O que se precisa questionar, no meu entender, são as concepções que fundamentam tais práticas avaliativas, que cada vez mais estreitas e padronizadas, impedem ver e sentir cada sujeito da educação em seu desenvolvimento integral e singular, negando a heterogeneidade que os torna humanos e limitando o acesso à escola apenas aos que se aproximam ou se submetem a expectativas rigidamente determina das por ela (Hoffmann, 1998, p.13).

Pode-se concluir que a avaliação utiliza da medida para ter um resultado objetivo e preciso, ultrapassando os dados dela, envolvendo uma posição de acordo com os valores de quem avalia.

O ato de avaliar deve remeter para a mudanças a serem

desencadeadas a partir da constatação dos aspectos considerados falhos e/ou deficientes do processo, a medida em que o professor tenha a condição de reconhecer quais são os pontos em que se fazem necessários as as correções, ou retomadas que viabilizem o processo de emancipação do aluno.

Uma Definição de Avaliação Escolar

A avaliação é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino e aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre o seu trabalho. Os dados relevantes se referem às várias manifestações das situações didáticas, nas quais o professor e os alunos são empenhados em atingir os objetivos do ensino. A apreciação qualitativa desses dados, através da análise de provas, exercícios, respostas dos alunos, realização de tarefas permite uma tomada de decisão para o que deve ser feito em seguida (Luckesi 1995).

Podemos, então, definir a avaliação escolar como um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes.

Nos diversos momentos do processo de ensino, são tarefas de avaliação: a verificação, a qualificação e a apreciação qualitativa.

➤ Verificação: coleta de dados sobre o aproveitamento dos alunos, através de provas, exercícios e tarefas ou de meios auxiliares, como observação de desempenho, entrevistas, etc..

➤ Qualificação: comprovação dos resultados alcançados em relação aos objetivos e, conforme o caso, atribuição de notas ou conceitos.

➤ Apreciação qualitativa: avaliação propriamente dita dos resultados, referindo-os a padrões de desempenho esperados.

A avaliação escolar cumpre pelo menos três funções: pedagógico-didática, de diagnóstico e de controle. Essas funções atuam de forma interdependente, não podendo ser consideradas isoladamente. A função pedagógico-didática está referida aos próprios objetivos do processo de ensino e diretamente vinculada às funções de diagnóstico e de controle. A função diagnóstica se torna esvaziada se não estiver referida à função pedagógico-didática, e se não for suprida de dados e alimentada pelo acompanhamento do processo de ensino que ocorre na função de controle. A função de controle, sem a função de diagnóstico e sem o seu significado pedagógico-didático fica restringida a simples tarefa de atribuição de notas e classificação. Comentando a respeito do assunto, Luckesi afirma o seguinte:

A avaliação diagnóstica não se propõe e nem existe de uma forma solta e isolada. É condição de sua existência a articulação com uma concepção pedagógica progressista. Esta forma de entender, propor e realizar a avaliação da aprendizagem exige que ela seja um instrumento auxiliar da aprendizagem e não um instrumento de aprovação ou reprovação dos alunos (Luckesi, 1995 p.82).

A avaliação escolar, portanto, envolve a objetividade e a subjetividade tanto em relação ao professor como aos alunos. Assim, ao levar em conta somente os aspectos objetivos, acaba tornando-se mecânica e imparcial; atendo-se somente às necessidades e condições internas dos alunos, podendo comprometer o cumprimento das exigências sociais requeridas da escola.

Para superar criativamente a aparente ambigüidade entre o objetivo e o subjetivo, o professor precisa ter convicções éticas, pedagógicas e sociais. Ao fazer a apreciação qualitativa dos resultados escolares, deve levar em conta os seus propósitos educativos. O fato de o aluno ser pobre, por exemplo, não justifica tolerância com um desempenho escolar fraco, pois o professor deve exigir de todos uma sólida assimilação de conhecimentos. Por outro lado, não é democrático estabelecer objetivos cujo alcance esteja acima das reais possibilidades dos alunos. Nem por isso, postos determinados objetivos, devem-se rebaixar as exigências em termos de rendimento escolar.

[...] Ao contrário, para ser diagnóstica, a avaliação deverá ter o máximo possível de rigor no seu encaminhamento. Por que o rigor técnico e científico no exercício da avaliação garantirão ao professor, no caso, um instrumento mais objetivo de tomada de decisão. Em função disso, sua ação poderá ser mais adequada e mais eficiente na perspectiva da transformação Luckesi (1995, p.44).

Observa-se que na tentativa de transformações reais e efetivas, a avaliação diagnóstica busca um espaço democrático de participação coletiva, onde a organização e o planejamento pedagógico estejam voltados para uma prática avaliativa emancipatória e direcionada para a formação da cidadania.

Avaliação como Instrumento Conservador ou Transformador

Como colocar a avaliação escolar a serviço de uma pedagogia que entenda e que esteja preocupada com a educação como mecanismo de transformação social?

Utilizando a expressão de Freire (1983), podemos resumir estes dois grupos de pedagogia entre aquelas que, de um lado, estariam as pedagogias que pretendem a conservação da sociedade e, por isso, propõem e praticam a adaptação e o enquadramento dos educandos no modelo social e, do outro, as pedagogias que pretendem oferecer aos educandos meios pelos quais possam ser sujeitos desse processo e não objeto de ajustamento. O primeiro grupo de pedagogia preocupa-se com a reprodução e conservação da sociedade, e o segundo volta-se para as perspectivas e possibilidade de transformação social.

Observa-se que esses grupos de pedagogias exigem duas práticas diferentes de avaliação da aprendizagem escolar.

A prática de avaliação escolar, dentro do modelo liberal conservador é autoritária, exigindo controle e enquadramento dos indivíduos nos parâmetros previamente estabelecidos de equilíbrio social, utilizando coações explícitas ou pelos meios sub-reptícios das diversas modalidades de propaganda ideológica. A avaliação educacional nesta perspectiva é um instrumento disciplinador não só das condutas cognitivas como também das sociais, no contexto da escola. A prática escolar predominante hoje, se realiza dentro de um modelo teórico de

compreensão que pressupõe a educação como um mecanismo de conservação e reprodução da sociedade (Luckesi, 1995, p.28). Para o autor o autoritarismo, é elemento necessário para garantia desse modelo social, daí a prática da avaliação manifestar-se de forma autoritária.

Ao contrário, a prática da avaliação nas pedagogias preocupadas com a transformação deverá estar atenta aos modos de ultrapassagem do autoritarismo e ao estabelecimento da autonomia do educando, pois o novo modelo social exige a participação democrática de todos. Isso significa igualdade, fato que não se dará se não se conquistar a autonomia e a reciprocidade de relações.

A avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica numa tomada de decisão a respeito do mesmo para aceitá-lo ou para transformá-lo (Luckesi, 1995). Na perspectiva de uma pedagogia de transformação, a avaliação, se configura como um recurso de diagnóstico que contempla o vir-a-ser do aluno-sujeito. Sabe-se, que a educação é um dos principais esforços do homem para se realizar como pessoa, crescendo interiormente, assumindo responsabilmente seu papel como agente na história e contribuindo para a transformação da sociedade em que vive. A aprendizagem ocorre num enfrentamento do sujeito com a realidade, visando a aquisição aproximativa do conhecimento. Para adquirir este conhecimento, que consiste numa interpretação e avaliação dos dados da realidade que o rodeia, o aluno necessita observar, imaginar, testar hipóteses, concluir, agir com entendimento e criatividade. ensino, nesta perspectiva, constitui-se num desafio, numa ação provocadora que auxilia os alunos a construir o seu próprio conhecimento, ocupando o professor um lugar de mediador entre aqueles e a realidade que lhes é apresentada. Assim, professor e alunos encontraram-se numa relação dialógica de agir entendendo e entender agindo. Isto impõem uma constante reflexão sobre a prática e mais que uma reflexão, uma conscientização que segundo Freire (1983), significa uma conversão, uma mudança no entender e no agir.

Os posicionamentos referentes à aprendizagem e ensino levam à aceitação do pensamento de Luckesi (1995, p.45) sobre avaliação:

“A avaliação implica a postura do ver, julgar para agir e é natural no ser humano. Desde as mais restritas ações até as mais abrangentes carecem deste tipo de posicionamento humano. A postura de julgar valorativamente, tendo em vista uma ação adequada, pertence à prática humana por natureza”.

A adequação do processo de ver, julgar para agir com relação à aprendizagem escolar, depende, em grande parte, da qualidade da informação que se tem sobre o desempenho do aluno. É principalmente através de informações válidas e fidedignas que se poderão comparar resultados, efetuar juízos de valor e tomar decisões futuras.

É possível uma alternativa para este quadro? Seguramente que sim. Educação não é privilégio, é compromisso social. Como podemos começar? Mudando a nossa mentalidade e enfrentando com realismo uma proposta de aprendizagem na qual a avaliação não poderá ser mais

um processo de seleção e classificação das pessoas. Concordamos com Nóvoa (1993, p.11) ao ressaltar que “[...] a avaliação deixou de servir para julgar ou para provar, o que quer que seja. Ela serve, sim, para atuar e, assim, encontrar-se intimamente articulada com o processo decisional”.

Pode-se afirmar assim que, captar e perceber este mecanismo, já é uma possibilidade de mudança. Sendo assim a avaliação não é um fim em si mesmo, mas apenas um recurso que se usa para ajudar, o crescimento do indivíduo ou do grupo.

CONCLUSÃO

O presente artigo, dado a sua importância, foi desenvolvido na certeza de se buscar na pesquisa respostas e, principalmente, oportunizar uma reflexão crítica sobre a avaliação escolar, pois é essencial que os profissionais do ensino saibam como avaliar, por quê avaliar, para quê se avalia e o que ser avaliado.

Todavia há dificuldades para isso pela própria complexidade em como se apresenta a avaliação nas várias fases de ensino. É necessário, portanto, que sua estrutura seja conhecida, explicada e incorporada por todos a partir dessa compreensão efetivada na prática.

Ainda há barreiras a ultrapassar e preconceitos a vencer, mas na caminhada cada ato, somado ao anterior, subsistirá mais forte e embasará as tentativas futuras. O importante é que se busque soluções, que se defina um rumo, que todos queiram caminhar até ele. Precisamos de critérios legítimos que se apliquem na avaliação da aprendizagem: a condição é a existência de um professor, em cada sala de aula, dono de um trabalho efetivo, com métodos de ensino transformadores, como instrumento possibilitadores da conquista do saber pela população que está na escola.

Conquista essa que não se reduz à apropriação de um produto acumulado pronto e acabado, reconhecidamente importante que é o saber, mas também e, principalmente, se caracteriza pela participação em um processo de construção desse mesmo saber no ensino.

Enfim, buscar subsídios teóricos-metodológicos de uma “Concepção Dialética Libertadora” da avaliação, dinamizando-a e integrando-a ao planejamento de ensino; gerando assim alternativas no sentido de concretizar uma “nova prática de avaliação transformadoras, possibilitando ao aluno uma postura crítica e atuante na sociedade.

Portanto, a avaliação da aprendizagem deve visar alguns aspectos de grande importância: a especificação de forma clara do que será avaliado, com que estratégias e com quais critérios; a adequação de técnicas e instrumentos apropriados; possibilidade de propiciar ao aluno a auto-avaliação e incentivo constante à reflexão e melhoria tanto no que diz respeito ao próprio educando, como também ao trabalho do professor.

É preciso que haja ousadia no desenvolvimento de novos projetos de avaliação, mas que tenham um cunho criterioso de alternativas para que o trabalho se realize de forma que a única a beneficiar-se com tudo, seja a educação em todos os níveis.

ENCICLOPÉDIA BARSA. São Paulo: Melhoramentos, 1981. v.1.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

HOFFMANN J. M. L. **Contos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LOCH, Valdeci Valentim. **Jeito de Avaliar - O Construtivismo e o Processo de Avaliação**. Curitiba, Renascer, 1.995.

LUCKESI, Ciprino. **Avaliação Educacional Escolar: para além do autoritarismo**. São Paulo: Ande, 1986.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.

NÓVOA, A. Nota de apresentação. N. NÓVOA, A. **Aplicação em educação: novas perspectivas**. Portugal:Porto Editora, 1993.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação Enancipatória - desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação do currículo**. São Paulo: Cortez, 1988.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (Paraná). **Avaliação Sociedade e Escola: Fundamentos para Reflexão**. Curitiba, 1986

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação Concepção Dialética - Libertadora do Processo Escolar**, São Paulo, Cadernos Pedagógicos do Libertad, v. 3, 1992

VILLAS BOAS, B. M. DE F. Reflexões sobre a avaliação e a formação de profissionais da educação. In: **Caderno Linhas Críticas**. Universidade de Brasília, Faculdade de Educação - Brasília: UnB, 2000..

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS